

AS TRADUÇÕES DA OBRA DE ROUSSEAU EM PORTUGAL: TEXTO E PARATEXTO

Enveredar por um estudo da recepção de um autor, e neste caso em particular de Rousseau, confronta-nos desde logo com a presença no espaço da literatura de acolhimento com um conjunto de textos que muito embora transportem uma marca própria à realidade autoral que os gerou, se encontram já envolvidos por uma carga informativa suplementar da responsabilidade dos agentes culturais que os difundem. Considerando nós a obra traduzida não como mera obra estrangeira mas como texto também pertencente ao corpo literário em cuja língua se faz a tradução e partilhando da opinião de que “o contexto funcional da tradução não é tanto em relação à literatura da qual a obra partiu, mas à literatura para a qual foi traduzida”¹, torna-se fundamental tomar em linha de conta o fenómeno tradutor quando se pretende estudar a recepção de um autor. De facto, o conjunto de obras traduzidas e o discurso crítico que, com frequência as acompanha, podem ser sinal de um acolhimento mais ou menos marcado que uma determinada literatura e cultura fazem a um escritor. É pois esta a linha de investigação que nos propomos seguir ao longo destas páginas, tendo em conta os textos traduzidos e todo o universo paratextual que os envolve, enquanto forma de recepção que também é, e não elegendo de modo algum como objectivo o proceder a uma análise contrastiva entre o texto original e a respectiva versão.

Um surto tradutor tardio

A perplexidade por nós sentida face à escassez de dados indicadores de uma recepção produtiva de Jean-Jacques Rousseau em Portugal, resulta

¹ KAISER, Gerhard — *Introdução à Literatura Comparada*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p.261.

desde logo do confronto com o número ínfimo de traduções portuguesas da sua obra. Com efeito, são apenas 18 as traduções da obra de Rousseau no panorama editorial português: em Setecentos nenhuma versão se regista; também o século que mais recebe tudo o que de França chega, não é aquele que mais traduz Rousseau, pois só quatro traduções aparecem no século XIX; e, por fim, o *boom* surge apenas e precisamente no nosso século com 14 versões de diferentes textos de Rousseau.

Percorrendo o quadro que segue, verificamos que num universo de 18 traduções estão presentes, como aliás seria de esperar, as suas obras mais marcantes e também mais polémicas: *Discours sur les Origines et les Fondements de l'Inégalité parmi les Hommes* (1755), *Du Contrat Social* (1762), *Émile* (1762), *Julie ou la Nouvelle Héloïse* (1762) e *Les Confessions* (1782). Porém, o maior número de versões diz respeito a obras do domínio da filosofia política e, praticamente, só a versão de Fernando Lopes Graça de *Confessions*, obra que se integra, embora não de modo exclusivo, num domínio literário, logra conhecer um maior número de reedições².

ORIGINAL ANO PUBL.	TRADUÇÃO			
	ANO PUBL.	OBRA	ESPAÇO PUBL.	TRADUTOR
Confessions 1782	s.d.	Confissões	Portugália Editora (Lisboa)	Fernando Lopes Graça
	1964	»	»	»
	1968	»	»	»
	1988	»	Relógio d'Água (Lisboa)	»
Discours sur l'Origine et les Fondements de l'Inégalité parmi les Hommes 1755				

² ROUSSEAU, J.-J. — *Confissões*, trad. Fernando Lopes Graça, Lisboa, Portugália Editora, col. Documentos Humanos, n.º 3, s.d. Esta tradução, publicada na década de 40, surge reeditada em 1964, 1968, e 1988, sendo a última reedição já da responsabilidade da editora Relógio d'Água.

ROUSSEAU EM PORTUGAL

ORIGINAL ANO PUBL.	TRADUÇÃO			
	ANO PUBL.	OBRA	ESPAÇO PUBL.	TRADUTOR
	1964	Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens	Livraria Athena (Porto)	José Pecegueiro
	1968	»	Portugália Editora (Lisboa)	M. ^a José Marinho/ Alberto Ferreira
	1971	»	Editorial Presença (Lisboa)	Ana Ravara
	1976	»	Europa- -América (Mem Martins)	M. de Campos
	1977	»	Editorial Presença (Lisboa)	Mário Franco Nogueira
	1990	»	Europa- -América (Mem Martins)	M. de Campos
Du Contrat Social ou Principes du Droit Politique 1762				
	1821	O Contracto Social ou Principios de Direito Politico	Typ. Rollandiana (Lisboa)	Redactores do Compilador
	1821	Contracto Social ou Principios de Direito Politico	Of. Firmino Didot (Paris)	Bento Luis Vianna
	1966	Contrato Social	Editorial Presença (Lisboa)	Mário Franco de Sousa
	1968	Do Contrato Social	Portugália Editora (Lisboa)	Rogério Fernandes
	1973	Contrato Social	Editorial Presença (Lisboa)	Mário Franco de Sousa
	1974	O Contrato Social	Europa- -América (Mem Martins)	Leonardo Pereira Brum

FÁTIMA OUTEIRINHO

ORIGINAL ANO PUBL.	TRADUÇÃO			
	ANO PUBL.	OBRA	ESPAÇO PUBL.	TRADUTOR
Émile ou de l'Éducation 1762	1977	Contrato Social	Editorial Presença (Lisboa)	Mário Franco Nogueira
	1981	O Contrato Social	Europa- -América (Mem Martins)	Leonaldo Pereira Brum
	1989	»	»	»
	1940	Emílio	Editorial Inquérito (Lisboa)	António Sérgio
	1957	»	»	»
	1989	»	Europa- -América (Mem Martins)	Pilar Delvaux
Essai sur l'Origine des Langues 1781	1981	Ensaio sobre a Origem das Línguas	Editorial Estampa (Lisboa)	Fernando Guerreiro
Julie ou la Nouvelle Héloïse 1761	1837	Nova Heloisa ou Cartas de Dois Amantes...	Em casa de J.-P. Aillaud (Paris)	E. P. Camera
Les Réveries du Promeneur Solitaire 1782	1837/ 8	»	Typ. Rol- landiana (Lisboa)	Anónimo
	1989	Os Devaneios do Caminhante Solitário	Cotovia (Lisboa)	Henrique de Barros
Lettres sur la Botanique	1801	Cartas sobre os Elementos de Botanica	Typ. do Arco do Cego (Lisboa)	Anónimo

Como podemos constatar, a obra que granjeou notoriedade a Rousseau, o *Discours sur les Sciences et les Arts*, não conhece nenhuma tradução, destino também partilhado por todo um conjunto de textos dramáticos, *Arlequin Amoureux malgré lui*, *La Découverte du Nouveau Monde*, *Iphis*, *L'Engagement Téméraire*, *La Mort de Lucrèce*, *Les Prisonniers de Guerre*, *Narcisse ou l'Amant de lui-même*, ou ainda obras de teatro lírico como *Le Devin du Village* e *Les Muses Galantes*. Com efeito, se exceptuarmos o polémico texto de 1750, as outras obras referidas não conquistaram particularmente a elite cultural francesa da época, facto que de algum modo explicará a ausência de um interesse tradutor a elas relativo³. Também textos ligados ao domínio da filosofia e do direito políticos não se encontram vertidos em português certamente por dizerem respeito a uma realidade geográfica específica como *Considérations sur le Gouvernement de Pologne* e *Projet de Constitution pour la Corse* ou porque de algum modo glosam outros textos, e tome-se como exemplo *Du Contrat Social ou Essai sur la Forme de République*.

As restrições erguidas à entrada e difusão em terra lusa da obra dos filósofos franceses, restrições que passavam pela sua inserção no Índice Expurgatório, pela necessidade de demanda de uma autorização para a aquisição de obras proibidas ou pela apreensão de livros e consequente punição de quem os possuía ou difundia, são factos que lançam alguma luz sobre a ausência de qualquer tradução no Setecentos português. Na verdade, se consultarmos o *Catalogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria athé ao prezente para servir no expediente da Caza da Revizão* e que vigora de 1768 a 1814⁴, verificamos que as obras de Rousseau ocupam um espaço importante partilhando a condição de interdição com as de d'Alembert, Diderot, Rétif de la Bretonne, Buffon, Condillac, Condorcet, Crébillon Fils, Erasmo, Helvetius, La Fontaine, Mme de Genlis, Hume, Montesquieu, Laclous, Locke, Abbé de Mably, Gabriel Malagrida, Marmontel, Mercier, La Mettrie, Thomas More, Abbé Raynal, Espinoza, Sterne, Spencer, Goethe e, obviamente, Voltaire, entre tantos outros. Vemos pois que o largo espectro registado

³ Na verdade, não se pode apenas imputar à situação de censura livresca vivida no século XVIII português, o vazio tradutor que a obra de Rousseau regista, na medida em que Voltaire, por exemplo, é bastante traduzido neste século no que diz respeito aos seus textos de natureza histórica e dramática.

⁴ Transcrito por MARQUES, M.^a Adelaide Salvador — *A Real Mesa Cençoria e a Cultura Nacional. Aspectos da Geografia Cultural Portuguesa no Século XVIII*, sep. do «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», vol. XXVI, 1963, pp. 118-206.

revela de um modo claro a existência de preocupações ao nível da moral, da religião, da política e da cultura em geral, por parte das entidades censórias. E, na verdade, o elevado número de autores proibidos mostra-nos bem que falar da recepção de Rousseau em Portugal é esquecer voluntariamente e por necessidade operatória muitos escritores seus contemporâneos que com ele se cruzam na vida e na obra. Este facto verdadeiro genericamente nos estudos de recepção, adquire proporções de relevo no século XVIII português, período cronológico no qual tantos autores são recusados em bloco, haja ou não coesão doutrinária entre eles.

Para que tais medidas não caíssem no esquecimento e para atalhar a novos focos infractores à lei promulgada, surgem mesmo novos editais de sanção régia que reproduzem, sinteticamente, a listagem de autores e obras defesas de que o Edital da Real Meza Censória de 24 de Setembro de 1770 é um exemplo: “Tem ultimamente chegado ao meu conhecimento a narração dos horrorosos estragos, que neste seculo, mais que em todos os outros, tem causado na maior parte da Europa, o Espirito da Irreligião, e da falsa Filosofia (...)” afirma D. José I nesse Edital; e tendo consciência do “(...) quanto as ditas obras são capazes, pela força da sua iniquidade, disfarçada com o artificio das expressões, e com a apparencia do estylo, de seduzir, e corromper não só a mocidade, falta de luzes, e de experiencia, mas tambem os espiritos fracos, e superficiaes, inclinados a receber, sem discernimento, toda a novidade, e tudo o mais que póde lisonjear os seus sentidos, e adular as suas desordenadas paixões; Devendo occorrer a hum perigo tão proximo de perversão, e não guardar silencio em huma materia de tanta importancia, em que mutuamente interessa a Religião e o Estado; Mando, que todas as sobreditas Obras, Livros, e Cadernos sejam entregues na Secretaria do meu Tribunal da Real Meza Censoria no preciso termo de sessenta dias, contados da publicação deste, para nella ficarem supprimidos”⁵.

É ainda de registar a atenção votada à produção livresca que versava sobre autores proibidos, facto que por uma via mais indirecta produziria a sua consequente difusão. Ora, nestes casos, os órgãos de censura exerciam o seu direito e dever de interdição sobre certas obras. Assim, no citado catálogo surge a proibição da *Vie de Voltaire* de Condorcet ou das *Lettres sur les Confessions de J.-J. Rousseau* de Ginovene(sic)⁶. E para que dúvi-

⁵ Edital da Real Meza Censoria, 24 de Setembro de 1770, in Real Mesa Censória, pasta 1, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁶ MARQUES, M.^a Adelaide Salvador — *ed. cit.*, pp. 139 e 153, respectivamente. Tratar-se-á possivelmente da obra de Ginguené sobre as *Confessions*.

das não restassem a quem consultasse o catálogo, as entradas seguem um critério duplo: onomástico e didascálico.

Deste modo, e no que a Rousseau diz respeito, eram defesas no século XVIII as seguintes obras: *Émile ou de l'Éducation*, *Lettres écrites de la Montagne*, *Julie ou la Nouvelle Héloïse*, *Du Contrat Social ou Principes du Droit Politique*, *Lettre à Christophe de Beaumont, Archevêque de Paris*, *Discours sur l'Origine et les Fondements de l'Inégalité parmi les Hommes*, bem como *Obras Diversas* — e não temos indicações sobre o que este título encerra — e, logo após a sua publicação, *Les Confessions*. Da pesquisa e análise que empreendemos dos documentos da Real Mesa Censória verifica-se que uma obra de Rousseau recebe no entanto luz verde porque certamente se considera que pertence a um registo literário inocente e meramente lúdico: *Pygmalion, scène lyrique* (1770). Assim, em parecer de 22 de Agosto de 1782, esse órgão de vigilância permite a entrega ao livreiro desse texto que se encontra apenso a *Idyles* de Mr. Berquin⁷.

Que houve circulação das obras de Rousseau bem como de outros autores seus contemporâneos considerados ímpios, ateus, deístas, ou materialistas, atestam-no os sucessivos cartões vermelhos exibidos em Portugal de que o caso do Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação — caso por nós já abordado em trabalho anterior⁸ — representa um sinal claro. Contudo, as obras de Jean-Jacques, difundidas e lidas na clandestinidade sê-lo-iam por certo em língua francesa, idioma do conhecimento de muitos e que ocupa o quarto lugar no conjunto de livros que as bibliotecas enviavam em listagem à Real Mesa Censória (o primeiro grupo é ocupado pelo português, o segundo pelo latim e o terceiro pelo espanhol)⁹.

Se a ausência de qualquer tradução da obra rousseauiana no século XVIII se vê de algum modo explicada pelos factos aduzidos, já a presença no Oitocentos português de apenas 4 edições — duas das quais cor-

⁷ Permissão de 22 de Agosto de 1782, in Real Mesa Censória, doc. 25, pasta 12, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁸ OUTEIRINHO, Fátima — *A Recepção Crítica da Obra de J.-J. Rousseau em Portugal*, sep. de «Intercâmbio», n.º 5, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, 1994.

⁹ MARQUES, M.^a Adelaide Salvador — *ed. cit.*, pp. 72s. Tome-se ainda como testemunho as afirmações de João Rosado de Villa-Lobos sobre a importância do estudo do francês, no seu manual de civilidade *O Perfeito Pedagogo na arte de educar a mocidade em que se dão as regras da policia e urbanidade christã, conforme os usos e costumes de Portugal*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1782, pp. 248-249.

respondendo a uma mesma obra, *Du Contrat Social* —, apela para a necessidade de uma reflexão sobre o porquê de tão diminuta ocorrência¹⁰. Com efeito, se as invasões napoleónicas e consequente guerra peninsular levaram à germinação de uma certa galofobia, a verdade é que existem em Portugal, por esse tempo, núcleos abertos às ideias francesas e que se tornaram focos propulsores do liberalismo a eclodir nos anos 20 do século passado¹¹. Em 1821, nos alvares do liberalismo português assiste-se à tradução de *Du Contrat Social* (1762)¹², pelos redactores do periódico mensal o *Compilador* — cujo redactor principal é José Baptista Gastão —, edição anotada e publicada em Lisboa, e também a uma outra versão da mesma obra, desta feita editada em Paris¹³, pelo exilado Bento Luis Vianna, o Filinto Insulano, admirador e leitor de Voltaire e Rousseau¹⁴.

A tradução de Lisboa, e que terá sido publicada em folhas separadas, conjuntamente com os números do jornal¹⁵, apresenta comentários dos tradutores em nota de rodapé que não só veiculam um posicionamento favorável a um regime monárquico constitucional, como ainda fazem das afirmações de Rousseau lição para a realidade portuguesa. Porém, em advertência final, os tradutores deixam claro que, independentemente das

¹⁰ Lucienne Domergue em *Lectores de Rousseau, in " Tres Calas en la Censura Dieciochesca (Cadaval-so, Rousseau, prensa periódica)", Toulouse, France-Ibérie Recherche, 1981, pp. 51-52, observa que a tradução da obra de Rousseau foi tardia e informa: "Se le leía a escondidas, se le plagiaba más o menos discretamente, a veces so color de 'rebatirlo', pero no podía verterse al castellano, aunque sí sabemos que hubo extractos traducidos y copias manuscritas de ellos en ciertos medios como las universidades, entre ellas las de Salamanca o Valladolid".*

¹¹ Cf. RAMOS, Luís A. de Oliveira — *Raízes do Liberalismo Portuense (Dados e Observações)*, Porto, sep. da «Revista de História», vol. V. 1984.

¹² ROUSSEAU, J.-J. — *Contracto Social ou Principios do Direito Politico*, trad. redactores do *Compi-lador*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1821.

¹³ ROUSSEAU, J.-J. — *Contracto Social ou Principios do Direito Politico*, trad. Bento Luis Vianna, Paris, Of. Firmino Didot, 1821. Fernando Augusto Machado, no seu estudo *Almeida Garrett e a Introdução do Pensamento Educacional de Rousseau em Portugal*, Porto, Edições Asa, 1993, p. 111, refere a existência de um projecto de tradução de *Du Contrat Social* por parte de Francisco Freire de Carvalho, professor de História e Antiguidades no Real Colégio dos Nobres, projecto que a Junta Expurgatória impediu de realizar.

¹⁴ Aliás as suas *Poesias*, também publicadas na Officina Firmino Didot, em Paris, apresentam uma dedicatória "Aos Manes de J.-J. Rousseau" e, de modo recorrente, ou no corpo do texto ou em nota de rodapé, Bento Luis Vianna lança mão de Rousseau, mas também de Voltaire e Montesquieu, quer como fonte caucionadora do seu discurso, quer como entidade com valor de exemplo e de modelo.

¹⁵ SILVA, Inocêncio Francisco da — *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. IV, Lisboa, na Imprensa Nacional, MDCCCLX, p. 258.

posições de Rousseau expressas no capítulo sobre religião civil e com as quais não concordam, tudo foi traduzido “porque (se convenceram) que algumas das doutrinas religiosas que elle encerra, e muitas das quaes nós desapprovamos, farião nos animos dos religiosos portuguezes tamanha sensação como a que experiment(amos); isto he, que lhes havião de interessar as coisas de razão, julgar sobre as de opinião, e conservar-se inabalaveis sobre as de verdadeira Fé”¹⁶. Esta advertência mostra aliás o grau de desconhecimento relativo a esta obra, na época. De facto, o estudo levado a cabo por Ana Maria Ferreira Pina sobre a presença de Rousseau no imaginário liberal português dos anos 20 salienta a aridez de imagens junto dos deputados vintistas quando se percorre o *Diário das Constituintes*, constatação que faz a investigadora afirmar: “citar Rousseau não significa propriamente conhecimento e aderência ao seu ideário”¹⁷.

Estas versões em português de *Du Contrat Social* não se constituem no entanto como a primeira manifestação da obra traduzida de Jean-Jacques Rousseau. É um conjunto de textos inofensivos e de algum modo menores, as *Lettres sur la Botanique*, que conquista pela primeira vez a fortuna da tradução no dealbar do século¹⁸, na Tipografia do Arco do Cego de que era director Fr. José Marianno da Conceição Velloso. Segundo Álvaro Manuel Machado, tal tradução teria sido devida à iniciativa deste naturalista brasileiro¹⁹. E, em 1837, uma obra ligada a uma

¹⁶ ROUSSEAU, J.-J. — *Advertencia dos traductores*, in “Contracto Social”, Lisboa, ed. cit., p. 204. Raymond Trousson em *Rousseau et sa Fortune Littéraire*, Paris, A. G. Nizet, col. “Tels qu’en eux-mêmes”, 1977, p. 37, afirma: “(...) on constate bientôt que les remarques les plus fréquentes ne concernent pas la théorie politique ou la hardiesse des idées de Rousseau qu’on tient pour un utopiste, un législateur en chambre; elles concernent le chapitre ‘De la religion civile’”. Ora esta postura face à religião e que se refere aos contemporâneos de Rousseau encontramos-a ainda, como vimos, na primeira metade do século XIX português.

¹⁷ PINA, Ana M.ª Ferreira — *De Rousseau ao Imaginário da Revolução de 1820*, Lisboa, INIC/CHCUNL, p. 64.

¹⁸ ROUSSEAU, J.-J. — *Cartas sobre os Elementos de Botânica*, com notas e adições de Tomás Martinho, Lisboa, Typ. do Arco do Cego, 1801.

¹⁹ MACHADO, Álvaro Manuel — *Les Romantismes au Portugal. Modèles Étrangers et Orientations Nationales*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1986, p. 53. De facto, este frade franciscano é autor de vários estudos relativos à flora e agricultura brasileiras, bem como tradutor de escritos sobre botânica, de autoria francesa ou espanhola. Na extensa listagem oferecida por Inocêncio Francisco da Silva, no seu *Dictionnaire Bibliographique Portuguez*, t.V, Lisboa, na Imprensa Nacional, MDCCCLXI, pp. 54-58, não consta a versão desta obra, referindo o estudioso que “Podia ainda ampliar-se a lista das obras dadas em nome de Velloso, accrescentando mais algumas por elle publicadas, porém de que não foi auctor nem traductor” (p. 453).

sensibilidade romântica então emergente, regista duas edições, *Julie ou la Nouvelle Héloïse*, versão publicada num primeiro momento em Paris e um pouco mais tarde em Lisboa, da responsabilidade de Eusébio Pereira da Câmara Trindade, português residente em França desde 1825²⁰. Trata-se, é importante notá-lo, de uma versão ilustrada, por isso certamente mais cara e menos acessível, mas que apresentava um atractivo suplementar aos olhos do leitor²¹.

A quase inexistência de obras rousseauianas traduzidas no panorama editorial português do século XIX explicar-se-á não apenas por razões de ordem histórica, na medida em que o Portugal oitocentista é todo ele atravessado por sucessivas crises políticas e económicas, mas sobretudo por motivos que se prenderão com a inoperância directa de J.-J. Rousseau enquanto modelo estético ou ideológico²². Se Rousseau, tal como Voltaire, se constituem modelos ideológicos no século XVIII e

²⁰ ROUSSEAU, J.-J. — *Nova Heloisa ou Cartas de dois amantes residentes n'uma pequena cidade juncto aos Alpes*, trad. E. P. Camera, em casa de J. P. Aillaud, 1837 e *Nova Heloisa ou Cartas de dois amantes residentes n'uma pequena cidade juncto aos Alpes*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1837-1838. Em 1806 regista-se a tradução de uma adaptação surgida em França em 1765 e também sob forma epistolar, adaptação relativa à primeira parte de *Julie ou la Nouvelle Héloïse*. A versão faz-se a partir do espanhol e não do francês — e seria importante sabermos o que de Rousseau foi lido em língua espanhola, não só no século XIX mas já no século XVIII —, sob o título *A Filosofia por Amor ou Cartas de dois amantes apaixonados, e virtuosos*, obra impressa na Typographia Rollandiana.

²¹ Na obra de Gonçalves Rodrigues, *A Tradução em Portugal*, t.I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 19, refere-se ainda a existência de dois curtos textos de Rousseau vertidos em português: *A rainha caprichosa*, versão do conto publicado em 1758, *La reine fantasque*, e *Cartas a Sara ou hum velho amoroso*, tradução de *Lettres à Sara* de 1781, e publicada no *Variedades* em 1801. Também se indica a ocorrência de uma tradução, em 1849, no periódico *Correio da Madeira*. Trata-se porém de um texto de autor anónimo que se estende por quatro folhetins (publicados em 3, 10, 17 de Fevereiro e 3 de Março) no qual se pretende repor a verdade sobre Rousseau e pôr em relevo o que na sua obra há de valioso; por esse motivo o autor de “O cidadão de Genebra” esclarece: “ora é assim que seguidamente nós iremos fazendo, e offerecendo a nossos Leitores alguns Afforismos Politicos - e reflexoens de Rousseau, e bem assim o resultado de nossas meditaçoens a tal respeito: analisar principios - pôr à luz verdades - e sem rancor mas com energia fazer sentir desenganos, é defender a verdade - e esta será a nossa constante meta”.

²² Vitorino Nemésio em *Relações Francesas do Romantismo Português*, Coimbra, Tip. da Coimbra Editora, 1936, p.13, chama de algum modo a atenção para esta situação quando afirma: “O que havia de romântico em Rousseau era uma espécie de nebulose que só se tornava verdadeiramente astral ao passar a outros mundos criadores, ao alimentar a constelação de que os românticos portugueses não tiravam os olhos: Chateaubriand, Lamartine, Hugo, Musset. Assim, o século XVIII francês ficava para eles resfriado, um esquema de ideas fecundas mas em grande parte falsas. Rousseau um ‘classico primoroso’”.

ainda em inícios do século XIX, esse estatuto modelar caminhará progressivamente rumo a certa petrificação, passando ambos a integrar o conjunto de referências culturais e civilizacionais particularmente europeias, até pelo advento de novas figuras tutelares oriundas de um universo não apenas francófono: Byron, Lamartine, Hugo ou Heine²³. Deste modo partilhámos inteiramente da opinião de Álvaro Manuel Machado quando afirma: “En fait, la réception de Rousseau au Portugal n’est qu’un élément parmi d’autres, bien que des plus significatifs, de l’attitude moraliste très limitée des préromantiques et même des romantiques portugais. Une attitude renforcée surtout par un héritage classique très lourd qui a empêché l’expansion, à partir des dernières décennies du XVIIIe siècle, du discours préromantique de Rousseau, malgré parfois la réception favorable de ses idées politiques et sociales, appliquées par quelques libéraux nationalistes”²⁴.

Assim, e só cerca de dois séculos mais tarde, após a publicação dos textos originais, eclodirá um surto tradutor da obra de Rousseau em Portugal. Em 1940, António Sérgio faz sair uma tradução antológica e anotada do *Émile*²⁵, e as décadas de 60, 70 e 80 vêm surgir inúmeras traduções e reedições, sobretudo de textos doutrinários de Rousseau. O *Discours sur l’Origine et les Fondements de l’Inégalité parmi les Hommes* encontra múltiplos tradutores: em 1964 José Pecegueiro, em 1968, M.^a José Marinho e Alberto Ferreira, em 1971 Ana Ravara, em 1976 M. de Campos e em 1977 Mário Franco Nogueira. *Du Contrat Social* conhece quatro traduções de responsabilidade diversa: Mário Franco de Sousa (1966), Rogério Fernandes (1968), Leonaldo Pereira Brum (1974) e Mário Franco Nogueira (1977). Esta obra de filosofia política regista ainda algumas reedições, a última das quais em 1981. Também o *Essai sur l’Origine des Langues* é vertido em português no ano de 1981 por Fernando Guerreiro. Constituem-se pois como excepção as obras traduzidas que não se inscrevem no domínio filosófico e doutri-

²³ Não esqueçamos também que ao longo de todo o século XIX se assiste em França, e em particular durante a primeira metade do século, a múltiplas tomadas de posição contra Rousseau, nomeadamente da parte de Chateaubriand, Balzac, Lamartine, Benjamin Constant, Proudhon ou Taine, entre outros. Ora como sabemos Portugal bebia o que de além Pirenéus chegava e tantas vezes sem empreender uma reflexão pessoal. Sobre as diferentes atitudes francesas face a Rousseau, veja-se TROUSSON, Raymond — *Vers le premier centenaire*, in *ed. cit.*, pp. 75-103.

²⁴ MACHADO, Álvaro Manuel — *Les modèles préromantiques français: fortune de Rousseau en Europe et héritage classique au Portugal*, in *ed. cit.*, pp. 39-40.

²⁵ ROUSSEAU, J.-J. — *Emilio*, sel., trad., notas e pref. de António Sérgio, 2 vols., Lisboa, Editorial Inquérito, Lda, 1940.

nário: as *Confessions* traduzidas por Fernando Lopes Graça e *Rêveries du Promeneur Solitaire* que em 1989 Henrique de Barros verte para português.

Como entender então a intensidade que o fenómeno tradutor apresenta quase duzentos anos depois, senão à luz de uma redescoberta e de um reconhecimento que o século XX faz de Rousseau, desenvolvendo múltiplos estudos da sua obra não apenas porque se reconhece a sua actualidade, porque se tem consciência da sua herança presente nos nossos dias ou porque se experimenta a necessidade de reequacionar Rousseau e a sua obra longe de critérios que tantas vezes passaram por atitudes pró ou contra o cidadão de Genève?²⁶

O domínio paratextual e a recepção de Rousseau

Para uma melhor compreensão do universo de obras traduzidas de Jean-Jacques Rousseau não podemos de modo algum menosprezar todo o paratexto²⁷ que as envolve, cuja diversidade encerra uma riqueza informativa a não negligenciar. De facto, os curtos textos de apresentação que surgem na contra-capa, os prefácios, as notas, os estudos que antecedem a obra rousseauniana ou mesmo a colecção na qual se integra um determinado texto, podem elucidar-nos sobre a escolha da obra a traduzir, o público que se visa atingir ou, por exemplo, o conjunto de traços rousseaunianos que uma determinada sincronia privilegia.

Assim, as notas e a advertência final presentes na tradução de 1821 da responsabilidade dos redactores do *Compilador* são sintomáticas da insegurança e instabilidade políticas que então se vivia, pela necessidade que se experimenta, por um lado, em traçar paralelos e confrontos em função da realidade portuguesa²⁸ mas, por outro lado também, pela

²⁶ O recrudescimento de estudos sobre Rousseau em Portugal, à semelhança do que se passa por toda a Europa no nosso século, foi por nós trabalhado em *A Recepção Crítica da Obra de J.-J. Rousseau em Portugal*, estudo anteriormente citado. Seria interessante levar a cabo um estudo contrastivo da actividade tradutora relativa a Rousseau na Península Ibérica e reflectir sobre a proliferação, no nosso século, de traduções em língua espanhola sobretudo em torno de textos de filosofia política, bem como sobre as inúmeras reedições das *Confessiones*.

²⁷ Os conteúdos terminológicos adoptados repousam na obra de GENETTE, Gérard — *Seuils*, Paris, Éditions du Seuil, 1987.

²⁸ Cf. Nota dos redactores em ROUSSEAU, J.-J. — *Contracto Social*, Lisboa, *ed. cit.*, pp. 143-144.

prudência revelada nas devidas distâncias que se tomam em relação às posições de Rousseau face a questões que se prendem com a religião: “O autor inflige aqui uma sátira amarga contra aqueles que seguem a doutrina de que o poder dos Reis vem de Deos. Nós de bom grado subcreveríamos a esta Censura, se ella fosse enunciada em termos mais decentes, e menos irrisorios do Sagrado texto das Santas Escrituras”²⁹.

Se a escolha que na década de 20 do século passado se faz da obra a traduzir está de algum modo justificada nestas notas pelo advento do liberalismo e por preocupações políticas então dominantes, facto que revelaria uma apetência do público leitor para um texto de filosofia política, já a “Advertencia” à tradução de 1837 de *Julie ou la Nouvelle Héloïse* é omissa no que concerne ao horizonte de espera do leitor ou leitora virtual da época. Com efeito, a relação próxima que esta obra epistolar mantém com uma sensibilidade romântica emergente não é explicitada, nem consciencializada. Na verdade, o tradutor para além de sublinhar a fidelidade do trabalho de tradução, de alertar para a supressão do primeiro prefácio dialogado existente na obra original, em que o autor se debruça sobre o tipo de escrita em causa, apenas nos apresenta Rousseau na qualidade de “philosopho”, considerando a obra “uma das mais preciosas joias que compõe o resplendor radiante da litteratura franceza”³⁰. É o enfoque sobre o Rousseau ideólogo que nesta edição ilustrada encontramos, o traço que mais difundido vai ser, em Portugal, através do veículo tradutor. E atentemos apenas nos números: em 16 traduções da sua obra, somente 2, como referimos, dizem mais marcadamente respeito a um registo literário. Na verdade, também em Portugal, os números parecem confirmar a afirmação de Éric Weil quando refere que “À moins de nous intéresser spécialement à l’histoire littéraire, nous lisons aujourd’hui les oeuvres du penseur Rousseau(...)”³¹.

Apodar-se Rousseau de pensador quer em relação à obra traduzida, quer quando se traça o percurso biográfico e produtivo do autor, torna-se praticamente apanágio de todo o conjunto de textos ou notas que envolvem as versões em português. Contudo, constantes neste *corpus* paratextual são ainda a necessidade de não apenas traçar a biografia de Rousseau como também de contextualizar a sua obra em relação à época ou a

²⁹ *Idem*. p. 8. A mesma cautela encontra-se também evidenciada em final de volume, na “Advertencia dos tradutores”, por nós já citada.

³⁰ ROUSSEAU, J.-J. — *Advertencia*, in “A Nova Heloisa”, *ed. cit.*, p. III.

³¹ WEIL, Éric — *Rousseau et sa Politique*, in “Pensée de Rousseau”, Paris, Éditions du Seuil, col. Points, 1984, p. 14.

outros pensadores seus contemporâneos ou o levar a cabo uma síntese dos conteúdos da obra em questão, dilucidando, com frequência, as relações que ela mantém com as diferentes obras rousseauianas.

Se a tradução de *Émile* empreendida por António Sérgio não dá conta de todas as constantes referidas, embora de natureza antológica, ela é no entanto a que mais se faz acompanhar de um discurso crítico que passa desde logo pelo prefácio mas também pelas notas que acompanham ou seguem o texto. Apesar dos segmentos textuais traduzidos serem em número reduzido quando comparados com a obra original, António Sérgio tem o cuidado de no prefácio — e até por isso mesmo — alertar para a necessidade de eles serem entendidos em relação ao todo e de fazer a síntese dos conteúdos gerais da obra. Assim, ao longo do texto prefacial, Rousseau é apresentado enquanto pensador, não apenas pelo seu tratado de educação como ainda pelo seu contributo para a criação das ideias sociais e filosóficas da Revolução Francesa, procurando o tradutor rastrear as virtudes e os limites das propostas pedagógicas de J.-J. Rousseau. Aliás esta abordagem do *Émile* está intimamente ligada à preocupação que António Sérgio manifesta nas notas, ao proceder a uma constante elucidação de conceitos e conteúdos, estabelecendo a todo o momento linhas de confronto com terminologias e perspectivas actuais e não nos esqueçamos que esta versão surge integrada na colecção *Cadernos culturais* da Editorial Inquérito e serve também ela propósitos pedagógicos e didácticos.

Ora se a análise do pormenor no texto traduzido, prefaciado e anotado por Sérgio, toma o primeiro plano pela chamada de atenção para os erros de perspectiva que as propostas de Rousseau revelam³², pelas marcas de erudição³³, pelo esclarecimento de conceitos³⁴ ou pelo comentário às escolhas lexicáticas do tradutor, e se essa atitude concorre para os objectivos didácticos apontados, ela prende-se também com a necessidade que se sentirá, sobretudo a partir de meados do nosso século, de combater atitudes de defesa ou de negação de Rousseau que durante tanto tempo caracterizaram o discurso sobre este homem do século XVIII e sobre a sua obra³⁵. Na verdade, António Sérgio não perde o ensejo de denunciar

³² Cf. Nota de rodapé em ROUSSEAU, J.-J. — *Emilio*, vol. II, *ed. cit.*, p. 26.

³³ *Idem*, p. 40.

³⁴ ROUSSEAU, J.-J. — *Emilio*, vol. I, *ed. cit.*, p. 43.

³⁵ Veja-se sobre esta questão a abordagem que fizemos de textos críticos portugueses sobre Rousseau em OUTEIRINHO, Fátima — *ed. cit.*

as leituras deturpadas e por vezes malévolas que alguns leitores fizeram e fazem do *Émile*: “Para os espíritos superficiais e de curto alcance, das obras que lêem sobreleva apenas um acervo casual de pormenores dispersos, de fragmentos sem nexos em que por acaso atentaram; (...) de aí o não vemos a originalidade do mestre, e até a tentação de o acusarmos de plágio, — o que é o método de crítica do leitorzinho míope, do censorzinho imbecil”³⁶. Já em 1920 António Sérgio, nos seus *Ensaio*s, tinha marcado a diferença ao não abordar a obra de Rousseau através do homem e ao reequacionar as reflexões rousseauianas apenas por elas mesmas.

Se *Émile ou de l'Éducation* surge como uma das obras de Rousseau mais contestada no discurso crítico português ao longo dos séculos, tal facto não repousará numa leitura da obra através do nosso idioma pois, como vimos, paradoxalmente *Émile* só logra conhecer uma tradução³⁷; essa contestação surgirá não tanto a partir da leitura da obra original, mas a atitude de detracção do *Émile* far-se-á sobretudo com base na circulação de um discurso cultural transnacional que repudia Rousseau e a sua obra. Não podemos deixar de registar no entanto e por contraponto ao vazio tradutor relativo a *Émile* no século XIX, a publicação ao longo de 1816 no periódico o *Investigador Portuguez* de *O Homem Singular ou Emilio no mundo* do escritor alemão August Lafontaine, texto que se estrutura com base no tratado de educação de Rousseau e que, de modo indirecto, contribui para a difusão das suas propostas³⁸.

³⁶ ROUSSEAU, J.-J. — *Emilio*, ed. cit., p. 21.

³⁷ No estudo de Fernando Augusto Machado por nós já citado, refere-se a existência de diversas reedições que a tradução espanhola do *Émile* conhece e assinala-se a “dificuldade em encontrar explicação plausível para o facto de não se ter traduzido para a nossa língua uma obra tão fundamental para as questões da educação como esta, a não ser uma certa indiferença e desinteresse por Rousseau pedagogo” (p. 111). Para além desta hipótese explicativa, somos de opinião que o discurso crítico persecutório relativo ao *Émile* e que tem início já em Setecentos, discurso esse tantas vezes construído sobre a caricatura das propostas rousseauianas, poderá também justificar tal vazio tradutor. Da pesquisa por nós efectuada em torno de periódicos do século XIX, há porém a registar a tradução de um fragmento do Livro III do *Émile*, isento de qualquer proposta pedagógica, ligado à contemplação da natureza, em particular de um nascer do sol; integra-se na rubrica “Leitura para as escolas” do *Archivo Pittoresco*, vol. VI, Lisboa, na Typographia de Castro & Irmão, n.º 22, 1863, p. 176.

³⁸ Cf. *O Investigador Portuguez*, vol. XVI, Londres, M. Bryer, Impressor, 1816. Tome-se apenas como exemplo explícito o capítulo V intitulado “Educação, segundo o systema de J. J. Rousseau” (pp. 306ss). Na Biblioteca Nacional de Lisboa existe um exemplar da tradução da obra de August Lafontaine, *O Homem singular ou Emilio no mundo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1822. Estudar a difusão em Portugal de obras que se geraram com base no *Émile* seria uma via de investigação a empreender, talvez frutuosa.

Muito embora a obra mais contestada de Rousseau seja o seu tratado de educação, a obra mais traduzida ou reeditada é sem dúvida *Du Contrat Social*. Para além das traduções oitocentistas cujo aparecimento pode ser visto à luz do contexto político liberal então em curso, a celebração do 250.º aniversário de Rousseau e o bicentenário da publicação do *Contrat Social* poderão estar na base do interesse tradutor que a partir de meados da década de sessenta se regista, de um modo mais particular. De facto, no prefácio à primeira versão desta obra surgida no nosso século, Mário Franco de Sousa refere as comemorações desta efeméride, sublinhando que a actualidade da obra permanecerá enquanto não existir a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre todos os homens. É aliás curioso notar a consciência social do tradutor claramente expressa neste texto prefacial, numa época em que a censura ainda vigora: “A sociedade que Rousseau sonhou e descreveu para os homens ainda não é uma realidade, existem ainda os muito pobres que se vendem e os muito ricos que os compram. /Pelo mundo ainda há povos que a ignorância, a doença e a fome impedem de ser livres”³⁹. Ora quando confrontamos o prefácio com o texto de apresentação da obra impresso na contra-capas, verificamos que este se encontra isento de qualquer tomada de posição no que concerne o estado actual da sociedade. Na verdade, se no prefácio para além de se traçar o percurso biográfico de Rousseau e de se proceder a uma síntese das suas ideias, num tom moderadamente encomiástico em que os defeitos também se assinalam, se conclui com uma denúncia da falta de liberdade e igualdade experimentada por tantos homens, a contra-capas apenas mostra a preocupação em filiar Rousseau num universo de filósofos e pensadores que reflectiram sobre a cidade perfeita. Da leitura deste texto ressalta a insistência em integrar Rousseau na galeria de grandes vultos do pensamento — e refere-se, entre outros, Aristóteles, Thomas More, Campanella, Hobbes, Montesquieu ou Hegel —, estratégia usual num discurso que visa a apresentação e divulgação de um autor e de uma obra, e, a única nota dissonante surge quando se salvaguarda — por prudência? — que “Não obstante algumas das suas concepções serem passíveis de revisão à luz das correntes actuais, o *Contrato Social* permanece como um clássico da filosofia política”⁴⁰.

³⁹ SOUSA, Mário Franco de — *Prefácio*, in ROUSSEAU, J.-J. — *Contrato Social*, trad. e pref. Mário Franco de Sousa, Lisboa, Editorial Presença, col. Clássicos, p.10.

⁴⁰ *Idem*, contra-capas. Esta afirmação faz aliás uma alusão óbvia à colecção na qual a obra se integra.

Também encontramos *Du Contrat Social* na edição de uma obra única que reúne os dois grandes textos de filosofia política de Rousseau: *Do Contrato Social*, traduzido por Rogério Fernandes e *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, da responsabilidade de Alberto Ferreira e M.^a José Marinho. Publicada em 1968, os tradutores limitam-se a verter em português uma edição francesa contemporânea que inclui textos propedêuticos de J.-L. Lecercle que tratam não apenas de dados biográficos, mas procuram também proceder à síntese dos conteúdos da obra, génese, fortuna e influência e, como seria de esperar, actualidade dos seus escritos. Os estudos de Lecercle manifestam ainda a preocupação em fornecer ao leitor elementos que lhe permitam situar as duas obras de Rousseau no conjunto da sua produção bem como relacioná-lo com outros pensadores através da dilucidação de pontos de contacto e de afastamento. O que nos parece porém importante salientar é por um lado a referência que ainda em meados do século se faz à existência de críticas a Rousseau⁴¹ e a necessidade de procura do rigor, de uma abordagem correcta da sua obra e, por outro lado, o facto de o traço actualidade posto em relevo se encontrar ligado a referências ao capitalismo, resultando daí, de um modo indirecto, a necessidade de o debelar: “Poucos livros puseram uma tal imaginação especulativa ao serviço da liberdade. O *Contrato Social* exprime um ideal ainda confuso porque, no seu tempo, não havia ainda método científico para estudar os factos sociais. Mas deve ser caro a todos os homens progressivos porque este ideal que ele tentou exprimir ainda está por realizar em todas as partes do mundo que continuam submetidas à exploração capitalista”⁴². De novo, e à distância de apenas dois anos, surge no universo editorial português condicionado pela censura, um texto que, embora de forma breve, lhe escapa, se bem que publicado durante a tão falada mas tão polémica libe-

⁴¹ Em ROUSSEAU, J.-J. — *Do Contrato Social. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, trad. Rogério Fernandes/Alberto Ferreira/M.^a José Marinho, Lisboa, Portugalíia Editora, col. «A Razão e o Tempo», n.º 1, 1968, pp. 263-264. J.-L. Lecercle afirma: “(...) os ódios que suscitou continuam a fazer carreira. Poucos escritores, no mundo, foram tão insultados pela crítica reaccionária. O segundo centenário do aniversário do seu nascimento, em 1912, deu azo a uma verdadeira campanha de ódio./ Hoje a crítica burguesa já não pode permitir-se tais excessos. Contra o fluxo das forças do progresso é necessária astúcia. Em vez de insultar Rousseau, vale mais aproveitar dele tudo o que é susceptível de uma interpretação deformadora./ Proclamam-se, pois, seus continuadores todos aqueles que pregam contra o progresso e pontificam utopias retrógradas: todos os que fazem da justiça social um entretenimento.”

⁴² *Idem*, p. 65.

realização da primavera marcelista, período em que Marcelo Caetano terá ordenado um certo abrandamento da censura⁴³ e se discute na Assembleia Nacional um conjunto de propostas para uma nova lei da imprensa⁴⁴.

Também a tradução de Leonaldo Pereira Brum, apresentada por Fernando Piteira Santos e surgida propositadamente ou não no ano de 1974, nos traz uma versão de “um clássico do pensamento político”⁴⁵, facto que, juntamente com a influência exercida e a sua actualidade enquanto programa a realizar⁴⁶, justifica a existência da tradução. Publicada já após se ter verificado o 25 de Abril, os elementos paratextuais desta tradução revelam bem a liberdade de expressão conquistada por esse evento. Assim, não só o texto da contra-capa põe em relevo a afirmação nesta obra da igualdade e liberdade como tónicas dominantes, como no prefácio Piteira Santos manifesta a opinião de que “Rousseau não quis escrever um manifesto revolucionário, mas *n’O Contrato Social* estão inscritos os grandes princípios enunciados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: a liberdade, a igualdade dos cidadãos, a soberania do povo. O seu livro é uma teoria da democracia”⁴⁷.

Se o discurso de acompanhamento desta tradução acentua o carácter de actualidade da obra, o seu alcance e validade universais, ele não esquece no entanto a necessidade de situar e apresentar o autor e a obra, através de informações biográficas, da síntese dos conteúdos fundamentais *Du Contrat Social* e da inserção desta obra no conjunto da produção rousseauiana. Duas observações cabe ainda fazer: a referência à visão que a posteridade tem de Rousseau — “defensor da bondade natural do homem, que só os vícios da sociedade conspurcam”⁴⁸ — e a convocação no prefácio de afirmações de António Sérgio, e que vão no sentido de chamar a atenção para a validade da obra de Rousseau, estudioso que inscreve um

⁴³ *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 547.

⁴⁴ Veja-se sobre este assunto CARVALHO, Alberto Arons de — *A Censura e as Leis da Imprensa*, col. “Que país?”, Lisboa, Seara Nova, 1973.

⁴⁵ SANTOS, Fernando Piteira — *Prefácio*, in ROUSSEAU, J.-J. — *O Contrato Social*, trad. Leonaldo Pereira Brum, Mem Martins, Europa-América, col. Livros de Bolso, 1974, p. 8.

⁴⁶ Veja-se a este propósito a contra-capa de ROUSSEAU, J.-J. — *O Contrato Social*, trad. Leonaldo Pereira Brum, *ed. cit.*, em que se afirma: “Dois séculos volvidos sobre o seu aparecimento, ninguém negará a actualidade da obra, nem como fonte de inspiração do muito que já se fez, nem como programa do que falta realizar”.

⁴⁷ SANTOS, Fernando Piteira — *ed. cit.*, pp. 7-8.

⁴⁸ Cf. contra-capa de ROUSSEAU, J.-J., — *O Contrato Social*, trad. Leonaldo Pereira Brum, *ed. cit.*

ponto de viragem na recepção de Rousseau em Portugal ao situar a sua produção crítica apenas em relação à obra e já não fazendo depender da biografia do cidadão de Genève a análise das suas ideias. Em nosso entender, o aparecimento das traduções de 1968 e 1974 mais do que um sinal de renascimento de Rousseau enquanto modelo ideológico, manifestam um reconhecimento de valores de liberdade e igualdade veiculados pelas suas reflexões no campo da filosofia política na medida em que se experimentou vivencialmente a sua não concretização; trata-se sobretudo de reconhecer um dos grandes divulgadores desses princípios.

Em 1964 porém, tinha sido já traduzido pela primeira vez o *Discours sur les Origines et les Fondements de l'Inégalité parmi les Hommes*. O seu tradutor, José Pecegueiro, introduz desde logo Rousseau como pensador e critica os estudos que se têm feito de Rousseau, sobretudo ou exclusivamente biografistas, descurando o estudo efectivo da obra. Assim e relativamente a este texto decide adoptar uma análise histórico-sociológica e manifesta uma preocupação de rigor bem próxima das posições de Vieira de Almeida em *Paradoxos Sociológicos*⁴⁹, obra e autor a quem aliás o tradutor faz referência. Diz José Pecegueiro: “Perfizeram-se há pouco duzentos e cinquenta anos do nascimento de Rousseau: pareceu justo analisar com objectividade a obra de um pensador de que tanto se fala e que tão pouca gente conhece, com o só propósito de apresentar em português uma obra que vale pelo que significa na história da cultura moderna, - independentemente do facto de concordarmos ou não, total ou parcialmente, com ela”⁵⁰. Cerca de duas décadas separam esta afirmação do estudo de Vieira de Almeida, publicado em 1947, e as preocupações e objectivos revelados não só são semelhantes como pelos vistos continuam a ser pertinentes. Vemos deste modo que ainda na segunda metade do nosso século se experimenta a necessidade de fazer justiça a Rousseau pela explicitação dos conteúdos fundamentais e sobretudo pela refutação de interpretações indevidas da sua obra. Este prefácio de novo dá conta de preocupações de didactismo que a contextualização histórica aqui empreendida bem como as informações de natureza biográfica, com base no entanto nas *Confessions*, denotam.

⁴⁹ Cf. ALMEIDA, Vieira de — *Paradoxos Sociológicos*, Coimbra, Arménio Amado-Editor, 1947. O estudo sobre Rousseau que esta obra encerra foi por nós trabalhado em *A Recepção Crítica da obra de J.-J. Rousseau em Portugal*, ed cit.

⁵⁰ PECEGUEIRO, José — *Prefácio do tradutor*, in ROUSSEAU, J.-J. — *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, trad e pref. José Pecegueiro, col. «Devir», n.º 1, Porto, Livraria Athena, 1964, pp. XXX-XXXI.

Se a tradução se encontra justificada na afirmação, “A mais de dois séculos de distância só agora aparece em português este *Discurso*, obra indispensável para se poder fazer a história de toda uma época”⁵¹, o texto prefacial de José Pecegueiro também ele se justifica pois funciona como espaço imprescindível que faz a ligação do texto com a época presente e estabelecendo por vezes relações insuspeitadas: “Interessante reconhecer que Rousseau, tanta vez condenado por herético em todos os domínios, estabelece aqui as bases de uma concepção de lei e de liberdade que são da própria essência da doutrina social da Igreja. Há evidentemente diferenças, mas só no plano do transcendente, não no plano do humano. Liga Rousseau a ordem jurídica à ordem moral na medida em que a vontade geral nela se exprime; considera a doutrina da Igreja que a ordem moral tem a Deus como princípio e fim”⁵². Vemos que para além de se ter como objectivo uma redescoberta do verdadeiro Rousseau, este prefácio visa ainda a sua integração harmónica nos nossos dias, a sua recuperação, retirando-lhe a tradicional condição de marginal, de fuga a uma ordem instituída e reconhecida.

Finalmente, encontramos a tradução do *Discours* da responsabilidade de Ana Ravara que também se apresenta como um clássico — e atentemos no título da colecção “Clássicos-Filosofia” — e em contra-capa adverte-se o leitor para esse facto ao dizer-se que “é uma das obras fundamentais do pensamento político moderno”⁵³ que juntamente com *Du Contrat Social* tanta influência exerceu na história das ideias políticas. É na verdade a visão de que Rousseau se constitui como um clássico nos nossos dias a que o veículo tradutor maioritariamente transporta; e também a sua obra de 1781, *Essai sur l'Origine des Langues*, se vê publicada, em versão portuguesa, na colecção “Clássicos de Bolso” da Editorial Estampa⁵⁴, curiosamente ao perfazer dois séculos de existência. Nesta edição o tradutor revela bem através de todo um aparato crítico com que envolve a obra, a necessidade de oferecer ao leitor um estudo propedêutico e clarifi-

⁵¹ *Idem*, p. XVII.

⁵² *Idem*, p. XXVII. José Pecegueiro, na sequência desta aproximação, chega mesmo a dizer que Rousseau não deixaria de concordar com algumas afirmações de João XXIII, na sua encíclica *Pacem in Terris*.

⁵³ Cf. contra-capla de ROUSSEAU, J.-J. — *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, trad. Ana Ravara, Porto, Editorial Presença, col. Clássicos-Filosofia, n.º 29, 1971.

⁵⁴ Tal como em França, Rousseau integra em Portugal a indústria do livro moderno ao surgir publica-do em formato de bolso não só com esta obra mas já anteriormente com o *Contrato Social* (1974) e o *Discurso sobre a Desigualdade* (1976) na editora Europa-América.

cador do texto, “Da mimesis à metáfora e da metáfora à verdade”, no domínio da filosofia da linguagem e em que se traça uma visão diacrónica da questão, uma tradução acompanhada de extensas notas explicativas, uma “Notícia breve sobre Rousseau” e, por fim, um “Quadro de referência para a Idade Clássica: algumas datas marcantes da emergência do racionalismo no domínio do literário e no campo das ciências da linguagem”⁵⁵.

Como em momento anterior observamos, apenas se registam, no nosso século, duas traduções das obras de Rousseau que pertencem a um registo eminentemente literário. Curiosamente, *Les Confessions* vai ser traduzida em língua portuguesa por alguém que inscreve boa parte da sua actividade no domínio musical, Fernando Lopes Graça⁵⁶. Esta versão surge aos olhos do leitor, na sua primeira e segunda edições, com um esboço biográfico do autor na contra-capa e um prefácio de João Gaspar Simões e, na terceira edição, com prefácio agora da autoria de Jorge de Sena.

A notícia da contra-capa, ao dar conta do percurso biográfico de Rousseau, põe em relevo a errância da sua vida, marca o início da sua carreira como “homem de letras” e refere as relações humanas difíceis que Rousseau manteve com alguns vultos da época, como Grimm, Diderot ou Hume. Contudo, apenas elege como obras de referência *Si le rétablissement des sciences et des arts a contribué à épurer les mœurs*, o segundo *Discours* e *Émile*. Porém a mesma notícia, na segunda edição, vê-se acrescentada de um parágrafo final alusivo à obra em tradução e em sintonia com o texto prefacial de João Gaspar Simões: “*Confissões* marca uma data na literatura de afirmação intimista. É além disso uma obra-prima literária, na qual se desenvolve em plena maturidade o estilo vibrátil, incisivo, animado por contrastes, que fizeram de Rousseau (salvo certos exageros que o tempo sepultou) um dos maiores escritores de língua francesa. Este livro eterno é a súpula da experiência humana do autor, das suas ilusões e desilusões; aí se retrata a sociedade tal qual a viu e sentiu; documento de uma época, portanto; mas que a transcendeu e permanece jovem”⁵⁷.

⁵⁵ Cf. ROUSSEAU, J.-J. — *Ensaio sobre a Origem das Línguas*, trad., int., e notas de Fernando Guerreiro, col. «Clássicos de Bolso», n.º 52, Lisboa, Editorial Estampa, p1981.

⁵⁶ Nada conseguimos apurar acerca das motivações que terão estado na base da realização desta tradução. Ainda para a Portugália Editora, Fernando Lopes Graça traduz, em 1969, *Pierrette. O Prior de Tours*, de Balzac. Foi também tradutor de outros autores que não franceses.

⁵⁷ Veja-se a contra-capa de ROUSSEAU, J.-J. — *Confissões*, 2.ª ed., trad. Fernando Lopes Graça, Lisboa, Portugália Editora, 1964.

João Gaspar Simões, em “Breve introdução”, organiza a obra de Rousseau segundo a sua natureza, a saber: trabalhos de natureza teórica ou doutrinal e trabalhos de natureza pessoal, confessional ou testemunhal; e é neste último grupo que, evidentemente, integra *Les Confessions* bem como *Les Rêveries du Promeneur Solitaire*. Na opinião de João Gaspar Simões, são estas as obras de Rousseau que lhe conquistaram a “posteridade clássica que mantém nas letras francesas”⁵⁸. Além de se referirem marcos da vida de J.-J. Rousseau, o autor do texto debruça-se ainda sobre as *Confessions*, considerando-as como “exame de consciência”, e afirmando que “Não é uma justificação em termos sociais, morais ou jurídicos: é uma verdadeira confissão em sentido religioso”, na qual se dá um desnudamento total do seu autor e, por esse motivo, torna-se, em seu entender, “um dos documentos psicológicos mais patéticos de tôdas as literaturas”⁵⁹.

Se o texto prefacial de João Gaspar Simões vê a obra sobretudo dentro de uma perspectiva histórico-literária, pois as *Confissões* são consideradas como texto marcante porque precursor de uma literatura intimista, confessional, obra que se constitui como documento psicológico e humano, já com Jorge de Sena é veiculada uma visão da obra a partir de quem lê. Com efeito, também o vector biográfico tão realçado por João Gaspar Simões não é aqui esquecido, porém trata-se de reflectir sobre a autobiografia enquanto procedimento estético em Rousseau através dos efeitos de leitura e, ao fazê-lo, coloca-se o leitor da obra traduzida de sobreaviso em relação às estratégias de escrita rousseauianas. Enquanto o prefácio de João Gaspar Simões apresenta ao leitor um produto já catalogado e de algum modo digerido, o texto de Jorge de Sena pressupõe a existência de um leitor activo.

Assim, o estudo introdutório de Jorge de Sena desenvolve-se todo ele em torno do receptor das *Confessions*; não se trata apenas do receptor de hoje mas também do receptor de finais do século XVIII. Para uns como para outros, o contacto com a obra gera um choque. Não é porém uma causa comum que provoca esse efeito: para os contemporâneos de Rousseau o motivo de escândalo residiu no facto de Jean-Jacques pôr a “sua sensibilidade e as suas volições como critério universal de juízo”⁶⁰

⁵⁸ *Idem*, p. 9.

⁵⁹ *Idem*, pp. 10-11. E trata-se nesta passagem de justificar a pertinente integração da obra na colecção “Documentos Humanos”.

⁶⁰ SENA, Jorge de — *As “Confissões” de Rousseau e o problema da sinceridade*, in ROUSSEAU, J.-J. — *Confissões*, 3.ª ed., trad. Fernando Lopes Graça, Portugalíia Editora, 1968, p. 18.

— e aqui reside a sua originalidade —, para os homens de hoje “pós-vanguardistas”⁶¹ — entre os quais Sena se inclui — é a confusão estabelecida entre sinceridade estética e sinceridade humana que os choca. Esta confusão repousa desde logo no facto de as *Confissões* serem “uma obra-prima indecisa entre o documento e a arte”⁶², o que gera ambiguidade e leva a colocar a questão do que é a sinceridade, observando Jorge de Sena que a sinceridade estética não depende da sinceridade humana e se autoriza por si mesma. Na dilucidação da escrita confessionalista de Rousseau que Sena apoda de “magna autojustificação”⁶³, o crítico põe ainda em relevo o artifício de fingimento que envolve a submissão da sinceridade estética à sinceridade humana. A afirmação de Jean Starobinski, uma década após o prefácio de Jorge de Sena, vai ao seu encontro quando refere que “Rousseau découvre ainsi — c’est le thème de la IVe Rêverie — un mode fictif de l’expression personnelle, qui n’est ni la vérité, ni le mensonge, mais qui se prétend moralement licite”⁶⁴.

O prefácio de Jorge de Sena importa ainda como prefácio-balanço do modo como a contemporaneidade recebe, conscientemente ou não, J.-J. Rousseau. Para Jorge de Sena, a herança deixada por Rousseau podemos encontrá-la, em particular, no domínio da sensibilidade: “As suas ideias (...) foram e ainda são seminais às nossas concepções de vida, da sociedade, da educação. A sua sensibilidade foi uma das fontes da sensibilidade romântica, que tanto pesa como uma herança no nosso mundo. O seu estilo divagante e emocional (...) trouxe uma paixão individualista pela Natureza e pela personalidade, que ficaram sendo longamente um dos dilemas da consciência moderna”⁶⁵. Todavia trata-se do homem contemporâneo em geral e não do homem português contemporâneo.

Da análise do universo de traduções da obra de Rousseau em Portugal e do respectivo paratexto algumas conclusões se impõem. Desde logo, não é significativo o papel mediador desempenhado pelo veículo tradutor no que concerne a uma leitura efectiva e mais alargada de Rousseau entre nós e não é de modo algum pela tradução que a obra do cidadão de Genève se torna orientadora do gosto do público leitor nos séculos XVIII

⁶¹ *Idem, ibidem.*

⁶² *Idem*, p. 13.

⁶³ *Idem*, p. 9.

⁶⁴ STAROBINSKI, Jean — *La mise en accusation de la société*, in “Jean-Jacques Rousseau”, col. «Langages», Neuchâtel, À la Baconnière, 1978, p. 37.

⁶⁵ *Idem*, p. 10.

e XIX. Se o vazio tradutor que a obra de Rousseau conhece entre nós pode ser visto, no século XVIII, à luz de um conjunto de medidas que visavam impedir a entrada no reino de ideias e autores considerados perniciosos, a falência de Rousseau enquanto modelo produtivo para as diferentes gerações no século passado explicam a quase ausência de um interesse tradutor a ele relativo. Também a primeira metade do nosso século, toda ela percorrida por uma corrente anti-rousseauiana dará continuidade a esta ausência que só será quebrada na década de 40. O aparecimento, no século XX, de um interesse tradutor por Rousseau, mais marcado, vai de par com o interesse que o autor suscita ao nível dos estudos sobre a sua obra e que se encontra intimamente ligado com a consciência da actualidade do seu pensamento, com a constatação da sua influência sobre as gerações que lhe sucederam e ainda com a necessidade de repor a verdade dos factos, neste caso, apresentar sem objectivos de detracção ou de defesa a verdade das propostas rousseauianas. De todo o modo, as traduções portuguesas, na sua maioria, apresentam aos seus leitores a obra de um autor canonizado, em suma, de um clássico.

Fátima Outeirinho